



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
GABINETE DO PREFEITO
Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 520 - 7000 – Ramal 2004
99700-000 Erechim – RS

Fis. 01
Larmin

Of. Câmara. Nº 151/2005 125/2005

Erechim, 09 de Dezembro de 2005.

Exmo. Sr.

Vereador SILVÉRIO FORTUNATTO

D.D. Presidente do Poder Legislativo

Nesta Cidade.

Câmara Municipal de Erechim
APROVADO

Sessão: 16/12/2005

Presidente

Câmara Municipal de Erechim

PROTOCOLO

Recebido em: 12/12/05

Horas: 18:20

Secretaria Geral

Senhor Presidente:

Encaminhamos-lhe, em regime de URGÊNCIA, o Projeto de Lei nº 125/2005, que ATUALIZA A BASE DE CÁLCULO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, O VALOR DA URM; ESTABELECE PRAZOS DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS; AUTORIZA A ASSINATURA DE CONVÊNIOS PARA RECEBIMENTO DE TRIBUTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Na expectativa de que este seja acolhido, subscrevemo-nos, com apreço e consideração.

ELOI JOÃO ZANELLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM-RS, 09 DE DEZEMBRO DE 2005

ELOI JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
GABINETE DO PREFEITO
Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 520 - 7000 – Ramal 2004
99700-000 Erechim – RS

Fis. 02
Warmen

PROJETO DE LEI Nº. 125/2005.

ATUALIZA A BASE DE CÁLCULO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, O VALOR DA URM; ESTABELECE PRAZOS DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS; AUTORIZA A ASSINATURA DE CONVÊNIOS PARA RECEBIMENTO DE TRIBUTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - O valor venal dos imóveis urbanos, para fins de lançamento e cobrança do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano do Exercício de 2006, fica atualizado em 6% (seis por cento), tendo como base os valores do metro quadrado lançados no corrente Exercício.

Art. 2º – O valor da URM – Unidade de Referência Municipal, que serve de base para cobrança de Créditos, Tributos, taxas e Outros Serviços, fica fixada para o exercício de 2006 em 1,94 (um real e noventa e quatro centavos).

Art. 3º - O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano – conjuntamente com a Taxa de coleta de lixo e a Taxa de segurança contra sinistros, na forma de parcela única, gozará de desconto sobre o valor dos tributos, conforme as seguintes alternativas:

OPÇÃO	MÊS	% DE DESCONTO
a) Primeira	Abril	10% (dez por cento)
b) Segunda	Maio	8% (oito por cento)

Art. 4º – O contribuinte terá ainda a opção de pagar IPTU conjuntamente com as taxas correlatas, pelo valor lançado, em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir do mês de maio do exercício de competência do tributo.

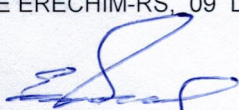
Art. 5º – Decreto do Poder Executivo regulamentará os dias de vencimento, na forma que convier ao Erário Público Municipal.

Art. 6º – Obedecidas as formalidades legais, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com instituições bancárias, para fins de arrecadação de tributos municipais.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM-RS, 09 DE DEZEMBRO DE 2005.


ELOI JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul

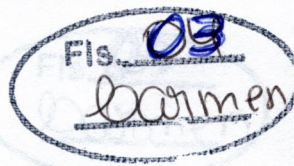
MUNICIPIO DE ERECHIM

GABINETE DO PREFEITO

Praça da Bandeira, 354

Fone: 54 520 - 7000 – Ramal 2004

99700-000 Erechim – RS



JUSTIFICATIVA

Encaminhamos o presente projeto de lei, que tem a finalidade de estabelecer prazos e fixar descontos para o pagamento do IPTU, bem como fixar a ampliação de sua base de cálculo e a fixação do valor da URM.

Queremos salientar que embora as dificuldades que os Municípios enfrentam, o que é de notório conhecimento dos Nobres Edis, face à concentração alarmante da tributação na esfera Federal e Estadual, fizemos todo o esforço para ampliarmos a base de cálculo do IPTU e a correção da URM em 6% (seis por cento), o que também é compatível com o INPC e o CUB.

Na elaboração do orçamento para 2006, a previsão da receita gerada pelo IPTU teve uma ampliação prevista em 10% (dez por cento). Todavia, entendemos possível a execução orçamentária com o percentual proposto, sem comprometermos a consecução das metas propostas. Para tal, deveremos compensar a diferença, ampliando ainda mais a racionalização na utilização dos recursos públicos.

Também devemos salientar que, se compararmos a ampliação da base de cálculo do IPTU nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 com o IGPM/FGV veremos que este apresentou um índice de 66,73% (sessenta e seis vírgula setenta e três por cento) e aquele sofreu uma ampliação de 53,63% (cinquenta e três vírgula sessenta e três por cento) pois, anualmente, tiveram os seguintes percentuais:

<i>ANO:</i>	<i>IPTU - %</i>	<i>IGPM-FG - %</i>
2001	8,63	9,95
2002	9,00	10,37
2003	14,00	25,00
2004	10,00	8,69
2005	12,00	12,42
TOTAL	53,63	66,73

Os dados supra demonstram a preocupação, sempre presente na Administração, em onerar o mínimo possível os munícipes com a Tributação Municipal direta, agindo, porém, com a necessária responsabilidade para não comprometer o Município.

Outros fatores que escapam a qualquer controle do Município e que influenciam sobremodo nas despesas - aliás como ocorre com qualquer cidadão - são as tarifas públicas e os insumos, com os quais o Município obrigatoriamente deve contar e que tiveram os seguintes aumentos, cuja fonte é o Sindiberf, a partir da implantação do Plano Real (1994):

- ☐ Gasolina – 493,84%;
- ☐ Energia Elétrica – 545,04%;
- ☐ Comunicação – 616,14%;
- ☐ Água – 523,99%;
- ☐ Gás de Cozinha – 612,75%.



Praça da Bandeira, 354

Fone: 54 520 - 7000 – Ramal 2004
99700-000 Erechim – RS

Como se sabe, o Município consome, em larga escala (decorrência dos serviços que presta) os insumos supra, e tal, pela obrigatoriedade de seu uso, impõe aumentos nas despesas, aos quais o Município se submete, sem a possibilidade de criar receitas para compensar.

Os serviços e obras posto à disposição pelo Município têm seus custos de produção sempre e constantemente ampliados, o que nos impõe agir com a máxima prudência, responsabilidade e justiça, a fim de que os contribuintes não sejam penalizados contudo, também, com o cuidado para que o Município não se inviabilize.

Poderíamos até - o que entendemos uma irresponsabilidade - propor índice menor, o que talvez fosse aplaudido, todavia, logo ali adiante, seríamos responsabilizados pela falta de condições a que o Município se submeteria.

Desta forma, entendemos, nas condições em que se vive a economia hoje, justo o índice proposto, por não onerar em excesso o contribuinte e por viabilizar, é bem verdade, com vigilância redobrada, a execução orçamentária.

Pelo exposto, contamos com a apreciação positiva do presente Projeto de Lei, pelos Nobres Edis.

Erechim, 09 de dezembro de 2005.

ELOI JOÃO ZANELLA

Prefeito Municipal